ISSN: 2358-8829

REORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA CURRICULAR NA DITADURA MILITAR: O ENSINO DE HISTÓRIA E A REFORMA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA (1971-1978)

Mateus Carlos Gomes Bezerra [1]
Patrícia Cristina de Aragão [2]

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1964 à 1985, o Brasil foi marcado por um cenário de intensa efervescência política, econômica e social, tido como um dos momentos mais decisivos e marcantes para o rumo do país modernizado, que serviu como pano de fundo para a compreensão histórica da institucionalização do período ditatorial brasileiro, ou como historicamente é nomeada, Ditadura Militar Brasileira. Essas transformações certamente trouxeram influências e impactos significativos para o ensino de história e a educação no país, que, em sua amplitude, acabou por servir de campo estratégico do governo militar para pregoar os limites e as bases ideológicas com disputas políticas horrendas. É nessa perspectiva, que se data um período de vinte e um anos de tensões, perseguições, controles, censuras e prisões pelos militares à população subjugada, período caracterizado também pelo autoritarismo governamental em todos os setores, incluindo, o campo educacional.

Este artigo analisa as reconfigurações do ensino da disciplina de História no contexto da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), focalizando na reforma educacional dos anos de 1971 a 1978 na educação básica como recorte temporal, e na reorganização do currículo que o regime promoveu por meio das reformas e diante dos seus interesses. Nessa perspectiva, justifica-se, portanto, que é importante compreender quais os efeitos que esse momento na história do país causou no campo educacional, com a qual resultou em uma formação cidadã desviada da vertente crítica formativa, observando que a própria disciplina dos estudos históricos serviu como espaço de

[1] Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, mateus.carlos@aluno.uepb.edu.br.
[2] Professora orientadora - Docente efetiva do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br.

ISSN: 2358-8829

disputas políticas e ideológicas em pleno momento de renovações pedagógicas do campo referido.

O objetivo central deste trabalho é discutir como as reformas educacionais nesse processo reconfiguram o lugar do ensino de História como disciplina histórica no âmbito da cultura escolar brasileira, cujo presente estudo está inserido no campo da História da Educação, caracterizando a metodologia de abordagem como pesquisa bibliográfica e de cunho documental, articulando a análise da legislação educacional, especialmente a Lei n° 5.692/1971, com a produção historiográfica sobre o ensino de História, saberes e cultura escolar. Ademais, prioriza também examinar o papel das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), compreendidos como componentes que carregavam as estratégias do currículo sob o contexto ditatorial, buscando evidenciar processos de controle ideológicos e de reajustes e redefinições das finalidades formativas da escola e do seu campo.

Nos deteremos acerca da concepção de que tal reforma contribui para a reorganização do lugar do ensino de História na cultura escolar que tensiona práticas pedagógicas limitando a criticidade e suscitando formas de resistência. Para isso, foram utilizados os estudos de Circe Bittencourt (2008) sobre o conceito de escola, Selva Guimarães Fonseca (1993) sobre o papel da educação no regime, Amarilio Ferreira Junior (2010) sobre a estratégia do governo, Maria do Carmo Martins (2014) sobre as disciplinas escolares e Paulo Ghiraldelli Júnior (2003), enfatizando o modelo educacional no contexto da ditadura.

Portanto, a estrutura deste trabalho segue-se organizado em seções que trabalham e refletem na discussão objetivada, sendo a primeira seção “A Lei n° 5.692/1971 e a Reforma Educacional”, tratando os aspectos e implicações da lei dentro do currículo; A segunda seção “Reorganização escolar e ensino de história”, ponto-chave que trata das consequências pedagógicas e a redução da análise crítica; A terceira e última seção “OSPB e EMC como disciplinas estratégicas da Ditadura”, que analisa ambas as disciplinas frente ao Civismo e as ideologias curriculares.

Por fim, segue-se as seções tradicionais de conclusão da pesquisa, que conclui o alcance dos objetivos mediante a produção temática. Assim, esse trabalho busca contribuir para a compreensão das relações entre a política educacional, o currículo das disciplinas no ensino e o impacto na formação cidadã e histórica no Brasil

ISSN: 2358-8829

Contemporâneo, caracterizando-se como um estudo reflexivo e relevante para o campo dos estudos históricos e da história da educação brasileira.

1960/70: A EDUCAÇÃO, A LEI N° 5.692/1971 E A REFORMA EDUCACIONAL

Em 1964, a ditadura militar no Brasil constituiu uma ruptura autoritária no processo da democracia brasileira que perdurou até os anos de 1985, resultante de um acúmulo de tensões políticas, sociais e econômicas. Esse momento não se constitui como um evento isolado, mas como um desfecho de um processo histórico político mais amplo com relação a polarização da ideologia militar e de disputas horrendas por projetos de país totalmente distintos.

Nesse sentido, nasce as reformas educacionais entre as décadas de 1960 e 1970, tanto no ensino superior, quanto no ensino básico, advertindo uma reforma em todo o centro educacional que independe do grau do que era oferecido pelas universidades e escolas. Com isso, frente ao contexto daquele cenário, a legitimação do regime foi firmada sob a justificativa dos militares de trazer de volta à sociedade à democracia, servindo como uma proposta que mascarou o que de fato aconteceria em pouquíssimo tempo: a perseguição e a censura, sendo ambas de modo geral em todos os setores, pessoas, grupos e todo aquele que decidisse ir contra ao feitio do regime. As instituições de ensino, sobretudo a escola, sofreram impactos gigantescos em suas propostas curriculares principalmente no que se refere às disciplinas lecionadas naquele contexto.

Há de se compreender, com muita importância, o que seria considerado, por exemplo, a "Escola" frente a um contexto ditatorial, uma vez que o conceito não é estático e acaba por ser definido como uma construção social, pois se adapta às necessidades, valores e estruturas da sociedade e da projeção social. O filósofo marxista francês, considerado um dos mais influentes teóricos da filosofia política e da sociologia no século XX, Louis Althusser (1918-1990), entende a escola como um instrumento de reprodução ideológica e social dominante e pensa esse espaço como um dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Por outra conceituação, Circe Maria Bittencourt (2008), afirma que a escola

> [...] integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade e articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos econômicos e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não. (Bittencourt, 2008, pág. 42)

ISSN: 2358-8829

Com isso, a escola é uma instituição controlável, submetida ao governo de sua época, mas que pode contribuir para a formação social de seres pensantes e críticos, ou de seres alienados e desprovidos de análise social e/ou de formação que contribua para uma educação mais resistentes, que não se alie fácil a qualquer questão, mas que priorize o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes.

Doravante, no contexto ditatorial, o campo educacional e o ensino da disciplina de história nas escolas, acabam sofrendo muitas mudanças por servirem de aparelho do Estado dominante desempenhando papéis estratégicos e centrais para que o poder seja legitimado, sendo basicamente, o que acontece por meio das reformas educacionais que se perduram anos depois da instauração do golpe, que permeiam em seu centro os princípios de moralização, conservação e autoritarismo. Essas concepções foram introduzidas por meio das disciplinas obrigatórias (inclusive o ensino de história) na grade escolar e objetivavam a obediência com relação aos valores patrióticos e civis desejando criar uma juventude muito bem moralizada, avessa à contestação com pensamentos ou concepções críticas e conformada com a figura autoritária do Estado.

Para além disso, a educação também foi moldada para atender demandas econômicas e políticas do próprio governo ditatorial, pois “O papel da educação assim como as metas para o setor, estabelecidas pelo Estado Brasileiro a partir de 1964, estiveram estreitamente vinculados ao ideário de segurança nacional e de desenvolvimento econômico” (Fonseca, 1993, p.19). Isso implica dizer que o governo implementou reformas que favoreceram o tecnicismo nas escolas para “criar uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção” (Ferreira Jr., 2010, p. 98). Ou seja, a Escola de fato, caracteriza-se como um aparelho ideológico do Estado.

Desse modo, nascem as reformas educacionais, entre elas a reforma promulgada pela Lei 5.692/1971. De acordo com a leitura que fez Maria do Carmo Martins (2014), com a instauração do golpe de Estado, a política foi afetada de modo institucional e foi preciso buscar reorganizar os rumos que deveria ter a sociedade daquele contexto, bem como também, o próprio Estado. Para isso, a sociedade seria disciplinada em seus aspectos educacionais e culturais em alcance nacional, o que nos faz compreender que essa reforma através da lei, seria um processo reformista e não apenas autoritário e isolado a 1971, quando promulgada, mas sim, algo que foi reformando ao longo do tempo e buscando adaptar a sociedade sob novas regras.

ISSN: 2358-8829

Projetada em 11 de Agosto de 1971, acabou por reformar a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, com a qual transformou a estrutura da Educação Básica no país. O objetivo dessa reforma educacional por meio da lei era claro: buscava adequar a educação básica às necessidades do regime ditatorial, dando continuidade a formação de uma mão de obra tecnicamente capacitada, de qualidade mas ideologicamente conformada com sua estrutura, bem como promoveu a expansão quantitativa do ensino e universalização do 1° Grau.

A Lei trouxe mudanças significativas para o campo educacional da época, a exemplo disso, a própria obrigatoriedade do ensino de 1° grau (unificação do primário e o ginásio) estendido por oito anos, para ampliar a escolarização. Ademais, o ensino de 2° grau (que seria o antigo ensino médio) passou a ser obrigatoriamente profissionalizante, forçando os estudantes a adquirirem uma formação técnica, baseada na formação para o mercado de trabalho (formação muita das vezes de baixa qualidade e superficial), trazendo em sua base currículo disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que buscavam dar ênfase a tríade "formar, "cultivar" e "disciplinar". Ou seja, disciplinar a sociedade por meio de novas políticas educacionais, como uma nova ordem educativa.

Basicamente, fazer essa reforma no setor educacional implicava em fazer política, em que, num Estado totalmente centralizador e autoritário, fazer uma reforma educacional envolveria uma ação política nacional, promovendo o controle sobre esse processo ao próprio governo estatal. Como afirma Martins (2014), compreender esse processo é também entender como "[...] o Estado visa assegurar sua capacidade de oferta e regulação do ensino público, além de demarcar as novas configurações de poder na definição dos conteúdos educativos" (Martins, 2014, p.47-48).

A intenção era suprir rapidamente a demanda por trabalhadores qualificados, que era necessária ao modelo econômico do regime, bem como trouxe a definição de currículos uniformizados, com redução de disciplinas que favorecessem a reflexão crítica (conteúdos mais ainda, com a qual compreenderemos mais a frente) e a valorização de conteúdos práticos, associados ao mundo do trabalho.

Essa reforma educacional fortaleceu o modelo educacional tecnicista, autoritário e ideológico que estava alinhado ao projeto político do regime, modelo com a qual buscava formar os cidadãos bem disciplinados, produtivos e submissos ao poder que

ISSN: 2358-8829

impediu que a educação fosse crítica, que pudesse questionar ou resistir ao autoritarismo da época.

REORGANIZAÇÃO CURRICULAR E/DO ENSINO DE HISTÓRIA

A reorganização do ensino de história durante a década de 1960 e 1970, não pode ser compreendida apenas como uma mudança pedagógica ou de cunho administrativo, pois trata-se de uma reconfiguração curricular prontamente política vinculada ao projeto de controle social e ideológico do regime. Foi, à priori, nos anos de 1930 no Brasil com o Governo de Getúlio Vargas que começaram a surgir as primeiras reformas educacionais e as propostas de Estudos Sociais para substituir o ensino de História e de Geografia nas escolas primárias, pois a inserção de um período de intensas transformações educacionais, sociais, econômicas e políticas, consolidou uma nação moderna e com mudanças no âmbito educacional com as primeiras reformas.

Ademais, o princípio mais básico dos Estudos Sociais visava à integração do indivíduo na sociedade em que ele vive, fundamentando-se nos estudos de psicologia cognitiva e após o seu aperfeiçoamento nos anos 50, passa a ser dos estudos pedagógicos. É interessante pensar que, a disciplina dos estudos sociais não era efetiva em todas as escolas, não em seu projeto inicial, pois foi somente na década de 70 que isso se tornou fixo nas grades curriculares, como afirma as pesquisas e estudos de Bittencourt (2008):

> Os Estudos Sociais foram adotados em algumas escolas, denominadas "experimentais" ou "vocacionais", no decorrer da década de 60, e, depois da reforma educacional na fase da ditadura militar, pela Lei 5.692 de agosto de 1971, a área foi introduzida em todo o sistema de ensino - o qual então passou a se chamar de primeiro grau -, estendendo-se para as demais séries do antigo ginásio. (Bittencourt, 2008, p.73)

Com isso, mesmo que houvesse uma efetivação dessa disciplina nas escolas após a reforma educacional pela lei, não implicava dizer que ensinar a disciplina de história dentro dos Estudos Sociais seria melhor, mais atrativo ou aceito diante daquele contexto, uma vez que sempre houveram dificuldades para que fosse estabelecido os conteúdos históricos dos Estudos Sociais, em consequência da condição de síntese que a

ISSN: 2358-8829

área precisava/tinha que desempenhar, por ser uma junção de disciplinas, o que acaba por enfraquecer as categorias e conceitos básicos das ciências em questão.

Ao diluir História e Geografia na área de Estudos Sociais, o Estado enfraqueceu o caráter crítico da disciplina histórica, reduzindo sua potência explicativa sobre conflitos sociais, lutas políticas e contradições estruturais do país. Nesse sentido, o currículo escolar passou a operar como instrumento de seleção e reorganização do conhecimento: determinados conteúdos foram valorizados (nacionalismo, unidade territorial, civismo), enquanto outros foram silenciados ou minimizados (movimentos populares, disputas de classe, repressão política).

Em um contexto como esse, não era essencial e nem indicado que senso crítico fosse desenvolvido ou aguçado, pois o Estado jamais iria querer que meros sujeitos de uma sociedade submissa causasse revoltas populares ou trouxesse críticas que ameaçasse seu governo. Por esse motivo, professores e professoras tinham que seguir a risca um curriculo totalmente nacionalista, patriotista e sem formação de consciência crítica, e quando se opunham a esse modelo eram perseguidos quando decidiam, em suas aulas ou até mesmo através de suas obras escritas, ir contra aquele governo ditatorial e as suas regras que danificaram o aprendizado do alunado como um todo, uma vez que buscou-se ensinar e aprender em um contexto de repressão e autoridade.

A disciplina de História, tradicionalmente associada à construção de interpretações sobre o passado, foi reposicionada dentro de um modelo que priorizava a memorização, a exaltação da ordem e a formação de sujeitos adaptados ao projeto autoritário. Esse processo de memorização, aconteceu por séculos dentro da história da educação e se perdurou novamente na ditadura, pois o ensino tradicional seria o mais ideal para que não houvesse dinâmicas de opiniões contrárias ao governo autoritário, o que acabou por firmar conteúdos voltados à integração nacional, maior ênfase no civismo e apagamento de conflitos sociais, formação voltada à ordem e obediência, além da redução da análise histórica e do pensamento crítico.

OSPB E EMC COMO DISCIPLINAS ESTRATÉGICAS DA DITADURA

A Ditadura promoveu um projeto autoritário na educação, controlando, censurando, perseguindo ferozmente ao impor um modelo de educação própria do regime. De acordo com a leitura que faz Paulo Ghiraldelli Júnior (2003), o modelo

ISSN: 2358-8829

dessa educação perpassou por todos esses elementos presentes nesse contexto, pois como alinha o autor, esse modelo foi guiado:

> [...] pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, várias tentativas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. (Ghiraldelli Jr., 2003, p. 125-126).

Com isso, é possível compreender que as disciplinas escolares surgiram para seguir esse modelo, propositalmente e obrigatoriamente para guiar o percurso de aprendizagem do alunado, com os quais podemos citar as disciplinas OSPB e EMC, que refletiremos a seguir.

A Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foi uma disciplina curricular criada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) na década de 1960 através do Decreto-Lei n° 869, como parte das reformas educacionais que foram promovidas após 1964 para compor o currículo do ginásio. Essa disciplina visava promover a formação do "cidadão disciplinado", contribuindo para uma educação política do homem brasileiro espiritualizado na democracia controlada, nos conteúdos sobre o Estado e no anticomunismo. Foi uma disciplina que se perdurou no currículo mesmo depois da reforma de 1971, pois como afirma Martins (2014):

> Embora assim assinalada, a sobrevivência de OSPB mesmo quando este estado democrático esteve suspenso durante a ditadura militar, se deu, evidentemente, por ser seu conteúdo capaz de legitimar quaisquer que fossem as estruturas organizacionais do Estado, seu organograma e bases legitimadoras. (Martins, 2014, p. 45)

É fato que o ensino da disciplina de História foi muito controlado após as reformas e o novo governo; A criação da OSPB inseriu-se nesse processo de controle, como um mecanismo estratégico de censura e de doutrinação. Houve então, a despolitização da História quando a OSPB deslocou conteúdos tradicionalmente debatidos nas aulas de História (como cidadania, política e instituições) para um campo normativo e ideológico. Ou seja, a História escolar dos anos de 1960-70 perdeu espaço para interpretações críticas e passou a ser ensinada de forma linear, factual e excludente de conflitos sociais e políticos.

ISSN: 2358-8829

Para além disso, a OSPB que foi criada para enfatizar o civismo e o patriotismo, visava construir uma identidade nacional coesa em torno dos valores defendidos pelos militares: ordem, progresso, disciplina e amor à pátria. Suas aulas reforçaram a narrativa do governo como responsável pelo desenvolvimento econômico, pela modernização e pela estabilidade política. Mas, em comparação, o conteúdo que tradicionalmente integrava o ensino de História foi fragmentado, pois a OSPB cuidava da formação cívica e política e a História, da transmissão de datas e eventos descontextualizados, controlados e mudados de significado ou de exaltação.

Os conteúdos que regiam a OSPB eram normativos, tais como: Organização do Estado brasileiro; Direitos e deveres do cidadão; Função das Forças Armadas; Estrutura do poder político e econômico e a valorização dos símbolos nacionais. Para abarcar esses conteúdos, os materiais didáticos eram produzidos e aprovados pelo Estado, muitas vezes com linguagem autoritária e acrítica em relação ao regime militar.

Somente em 1996 é que a OSPB é abolida do currículo por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já no momento em que a ditadura não estava mais em questão e o período de redemocratização já estava em fase de acontecimento no país. Com o seu fim, houve a retomada do ensino de História com enfoque mais crítico e reflexivo, promovendo debates sobre cidadania, direitos humanos, cultura e memória, inclusive sobre os abusos e violências cometidos pelo regime militar, tipo de debate que ocorre até os dias atuais.

Esta surgiu paralelamente à Educação Moral e Cívica (EMC) que tinha o Civismo como ferramenta ideológica, o Nacionalismo, disciplina social e valores conservadores, e com a qual juntas de outras disciplinas compunham o pacote de estudos para construir uma cidadania totalmente controlada e regida pelos militares.

A Educação Moral e Cívica foi um dos instrumentos mais interessantes para a eficácia do controle ideológico e social. A disciplina foi criada pelo Decreto-Lei no 869, de 12 de setembro de 1969, tornando-se obrigatória em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas, do ensino fundamental ao superior. Esta, contribuiu para a consolidação de uma visão de mundo que estivesse alinhada com aquilo que o regime pregara, o autoritarismo, o nacionalismo e a desvalorização da crítica e do desenvolvimento do senso crítico como um todo, com a qual refletiu diretamente no ensino de História e na formação daquela sociedade.

ISSN: 2358-8829

A disciplina possuía como objetivo direto um novo homem brasileiro, com uma identidade patriótica, disciplinada e absolutamente fiel ao regime e aos interesses dos militares. Esse fator era imposto ao novo homem com a consolidação dos valores como o amor à pátria, o respeito às autoridades militares e as instituições nacionais, tudo isso devia estar alinhado ao ethos militar. Não apenas isso, mas a disciplina também buscava combater as ideologias consideradas subversivas, o que significa dizer que queria reprimir os pensamentos críticos que fossem associados aos movimentos progressistas, ao socialismo e ao marxismo, que era muito forte naquele contexto, cuja qual a ditadura perseguiu os marxistas e os defensores do pensamento.

Também buscara reforçar a ideia de que o regime era um guardião daquela moralidade antes aplicada, que iriam garantir a segurança nacional e o desenvolvimento da nação, combatendo o comunismo pela população "desprotegida", criando uma identidade que fosse homogênea promovendo a unidade nacional por meio de símbolos patrióticos e de uma versão oficial da história brasileira.

Nessa perspectiva, quais os conteúdos que foram selecionados para serem ensinados na EMC? Para controlar a visão de mundo dos estudantes a ditadura molda a EMC para tratar dos símbolos nacionais, com a qual se ministrava o respeito pela bandeira do país, pelo hino nacional, ao brasão de armas e ao lema "Ordem e Progresso" que se carregava, bem como a realização e participação obrigatória das cerimônias ditas cívicas como o levantar das bandeiras e o canto coletivo do hino nacional; também se tratava sobre os deveres cívicos e morais como a obediência às leis e às autoridades, os valores pessoais como honestidade, disciplina, patriotismo e o civismo principalmente.

Para além dessa obsessão, havia o ensinamento da valorização da História Oficial do Brasil e dos episódios que exaltasse o papel dos militares e das forças armadas como na Independência, a Proclamação da República em 1889 e o episódio da salvação da pátria, que nesse caso seria a própria ditadura de 1964, que não era vista ou conhecida como "ditadura", mas como uma revolução que guarda o país do comunismo que o ameaça constantemente na década de 1960. Há também a crítica a subversão de alguns fatores, bem como a demonização de movimentos sociais e de partidos da esquerda, com a qual eram tidos como inimigos da nação com suas lideranças progressistas.

ISSN: 2358-8829

O objetivo da EMC não era apenas instruir para formar mas forjar um perfil próprio e único para a cidadania brasileira dos anos de 1960-80. O cidadão patriótico seria aquele que se identificava fortemente com os símbolos nacionais e com os discursos oficiais que o governo ministrava; O cidadão disciplinado seria aquele que é respeitoso com a autoridade e com as normas que eram estabelecidas, internalizando o princípio de obediência ao regime; O cidadão conformado ou fiel, seria aquele alheio a críticas ao sistema político e econômico, cuja naturalidade aceitava as desigualdades e as repressões, sem amor ou compaixão pelo homem que fora reprimido pela regência dos militares, com olhos e mente bloqueada somente para somente enxergar o covil de impositores; por último, o cidadão que era despolitizado, este por sua vez era alienado do regime e das grandes questões políticas e sociais, com a qual evita fielmente debates e reflexões que venham a surgir sobre as injustiças cometidas pela ditadura.

Assim como objetivava a EMC, o ensino de História também fora moldada e esvaziada nos conteúdos que possibilita visões críticas e impedida de ter debates e resistências. Valores cristãos eram afirmados por meio do ensino de história, pois a própria história nacional foi narrada com a exaltação da missão civilizadora cristã com a colonização de portugal as terras do Brasil em 1500, com a qual acreditava ser um povo destinado a avançar sobre o outro e colonizar por ordem divina. Essa mesma moral cristã era usada como meio para justificar os discursos que o governo militar fazia e a autoridade que se devia ter naquele momento. O ensino de história estava sob vigilância, sob censura, sob controle e sob total apagamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluí-se que o objetivo dessa produção se caracterizou e se consolidou a partir do conhecimento teórico do processo de reforma educacional e o impacto dessa reforma dentro do contexto educacional e do aprendizado dos alunos em pleno governo autoritário e o momento de tensões sociais e políticas. Através da Lei 5.692/71, o ensino foi duramente afetado por transformações seguidas de ordem e obrigatoriedades governamentais, mesmo que essa objetivava cumprir as necessidades daquele atual poder militar e político.

Doravante, compreende-se também que o processo de reorganização curricular no ensino de história acabou por diluir a disciplina quando retirou e diminuiu seu aporte

de desenvolvimento do senso crítico das aulas, além de compreender a disciplina, adjunta a Geografia, como disciplinas não tão necessárias para o currículo daquele momento, que fazia da escola, o aparelho ideológico do Estado. Assim também, com as disciplinas de Organização Social Política e Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), que foram essenciais para projetar e legitimar o controle ideológico dentro do campo educacional, quando buscou moldar a formação cidadã do aluno.

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) utilizou-se da educação como uma ferramenta instrumentalizada para controlar ideologicamente a sociedade, impondo valores autoritários e nacionalistas nas bases formativas dos currículos escolares. O ensino de história foi um dos instrumentos utilizados para sanar o desejo do poderio militar, legitimando o regime como salvação do país contra o comunismo e as ameaças que pudessem surgir, omitindo violações de direitos humanos e exaltando feitos do governo naquele momento. A censura chegou aos livros, às editoras, aos estudantes, aos professores, aos pensadores e intelectuais da educação, exemplificando uma repressão cultural em avanço. É nesse sentido, que evidenciamos a necessidade de pensar essa estruturação curricular e educacional, controlada.

Palavras-chave: História da Educação, Ensino de História, Reformas Educacionais, Cultura Escolar, Ditadura Militar.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos** / Circe Maria Fernandes Bittencourt-2. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA JR., Amarilio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. EdUFSCar: São Carlos: 2010. (Coleção UAB-UFSCar).

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1993.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, SP: Manoli, 2003.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. ***Educar em Revista***, [S. l.], v. 30, n. 51, p. p. 37–50, 2014. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/35821. Acesso em: 6 abr. 2026.